



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA**  
**CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAACS**

**BÁRBARA SUELLEN RODRIGUES DA SILVA**

**ANÁLISE DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA:**  
**DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL ATÉ OS DIAS ATUAIS**

**FORTALEZA**

**2016**

BÁRBARA SUELLEN RODRIGUES DA SILVA

ANÁLISE DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA:  
DA CRIAÇÃO DO MERCOSUL ATÉ OS DIAS ATUAIS

Monografia apresentada à Faculdade de Economia,  
Administração, Atuárias, Contabilidade e Secretariado  
Executivo como requisito parcial para a obtenção do grau  
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

---

S578a Silva, Bárbara Suellen Rodrigues da  
Análise do comércio bilateral Brasil – Argentina: da criação do Mercosul até os dias  
atuais / Bárbara Suellen Rodrigues da Silva - 2016.  
41 f.: il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza,  
2016.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

1. Brasil – Comércio - Argentina 2. Política comercial 3. MERCOSUL I. Título

CDD 330

## **RESUMO**

O objetivo desta monografia é analisar a evolução das relações comerciais entre Brasil e Argentina, desde a criação do Mercosul até os dias atuais. São avaliados os impactos que a abertura comercial brasileira causou em sua pauta exportadora, bem como os impactos causados pelos regimes cambiais vigentes entre a década de 1990 e os anos 2000. É feita uma caracterização da pauta exportadora sob a ótica do fator agregado para constatar se o Brasil continua com a tendência de reprimarização que pode ser observada nos anos 90, sendo feita uma análise dos principais setores de exportação. Também é feita uma análise da evolução do fluxo do comércio bilateral Brasil-Argentina, dando ênfase à retomada do protecionismo argentino e como isso tem impactado nas relações entre os dois sócios comerciais.

Palavras-chaves: Abertura Comercial, Pauta Exportadora, Reprimarização, Protecionismo.

## **ABSTRACT**

The objective of this paper is to analyze the development of trade relations between Brazil and Argentina, since the creation of Mercosul until the present day. Are assessed the impact that the Brazilian trade liberalization caused in its export basket, as well as the impacts of current exchange rate regimes of the 1990s and the 2000s is made a characterization of the export basket from the perspective of aggregate factor to see if Brazil continues with the trend of reprimarization that can be observed in the 1990s, and an analysis of the main export sectors. It is also an analysis of the evolution of bilateral trade flows Brazil-Argentina, emphasizing the recovery of the Argentine protectionism and how it has impacted on relations between the two trading partners.

## Sumário

ABSTRACT .....	5
LISTA DE GRÁFICOS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE QUADROS .....	10
LISTA DE SIGLAS .....	11
1. INTRODUÇÃO .....	12
2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL .....	13
2.1. Barreiras Tarifárias.....	13
2.2. Barreiras Não Tarifárias .....	14
2.2.1. Subsídios à Exportação .....	14
2.2.2. Taxas Múltiplas de Câmbio.....	14
2.2.3. Quotas de Importação.....	14
2.2.4. Restrições Voluntárias às Exportações.....	15
2.2.5. Necessidades de Conteúdo Local .....	15
2.2.6. Aquisição Nacional de Bens .....	16
2.2.7. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias .....	16
3. ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-ABERTURA COMERCIAL .....	17
3.1. A Abertura Comercial Brasileira.....	17
3.2. Reprimarização da Pauta Exportadora Brasileira no Período Pós-Abertura Comercial .....	18
3.3. Comércio Exterior Brasileiro no Período Pós-Implantação do Plano Real e Pós-Adoção do Regime de Câmbio Flutuante .....	19
4. ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO PERÍODO 1990-2015. ....	22
4.1. Abertura Comercial e a Evolução do Saldo Comercial Brasileiro .....	22
4.2. Fatores que Beneficiaram o Crescimento das Exportações Brasileiras a partir de 2004 .....	26
4.3. Principais Setores Exportadores .....	28
4.4. Classificação das Exportações Brasileiras sob a Ótica do Fator Agregado .....	28
5. COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA DESDE A CRIAÇÃO DO MERCOSUL ATÉ OS DIAS ATUAIS .....	32
5.1. Evolução das Relações Comerciais entre Brasil e Argentina.....	32
5.1.1. As Barreiras ao Comércio Impostas pela Argentina a Produtos Brasileiros .....	33
5.2. Comércio Bilateral Brasil-Argentina .....	36
5.2.1. Importação Brasileira Argentina pela Ótica do Fator Agregado .....	37
5.2.2. Exportação Brasileira Argentina pela Ótica do Fator Agregado.....	38

6. CONCLUSÕES.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Intercâmbio Comercial Brasil-Argentina.....	36
Gráfico 2 – Importação Brasileira Argentina – Totais por Fator Agregado.....	37
Gráfico 3 – Exportação Brasileira Argentina – Totais por Fator Agregado.....	38

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Exportação, Importação e o Saldo da Balança Comercial Brasileira entre 1990 e 2008 – Em US\$ FOB.....	23
Tabela 2 – Exportação, Importação e o Saldo da Balança Comercial Brasileira entre 2009 e 2015 – Em US\$ FOB.....	25
Tabela 3 – Exportação Brasileira por Fator Agregado – 1999-2015 (US\$ FOB).....	29
Tabela 4 – Divisão da Pauta Exportadora por Fator Agregado – 1999-2015 (%).....	30

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Acordos assinados entre empresários brasileiros e argentinos — 1º semestre de 2009.....	35
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OMC – Organização Mundial de Comércio

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

IED – Investimentos Estrangeiros Diretos

## 1. INTRODUÇÃO

O início dos 90 foi marcado pelo pensamento liberal, o comércio internacional cada vez mais estimulava as transações comerciais entre os países. No Brasil, a economia começou a se desenvolver, o modelo de substituição de importações deu lugar ao modelo de abertura comercial. Durante esse período, a economia sofreu mudanças em seu regime de política cambial, mudou de padrão monetário e sofreu um ritmo imprevisível de crescimento (RABELO, 2013). O surgimento de novos mercados, em especial a China, impulsionou o mercado exportador brasileiro até a primeira metade dos anos 2000. A partir de 2008, com a economia mundial em crise, houve uma queda nas exportações brasileiras – levando a balança comercial fechar deficitária em alguns anos. A recuperação vem sendo lenta, e o país vem sofrendo, segundo alguns estudiosos, seus piores anos. A pauta exportadora vem chamando atenção por sua volta a reprimarização. Os produtos agrícolas foram os que ganharam mais espaço na última década, se tornaram mais competitivos que os produtos industrializados.

A trajetória dos principais parceiros comerciais e líderes do Mercosul foi marcada tanto por períodos de tranquilidade, como de instabilidade. Desde a criação do bloco econômico, os dois países desenvolveram uma corrente comercial comparável a de países desenvolvidos, promovendo a complementaridade e interdependência de suas economias e mercados (Silva, 2011), mas com a retomada do protecionismo argentino em 2009 essa parceria começou a enfraquecer.

O texto em está estruturado em seis seções. Além desta introdução e da conclusão, a segunda seção irá abordar os instrumentos de política comercial, em que serão analisados os efeitos que as barreiras tarifárias e não tarifárias exercem sobre o consumidor.

Na terceira seção serão analisados os impactos causados na pauta exportadora brasileira pela abertura comercial, bem como os impactos causados pela adoção do Plano Real e pela adoção do regime de câmbio flutuante.

A quarta seção irá analisar a evolução do saldo comercial brasileiro, os fatores que favoreceram o crescimento das exportações e os principais setores exportadores. As exportações também serão observadas sob a ótica do fator agregado.

A quinta seção irá trazer a evolução das relações comerciais entre Brasil e Argentina, bem como os impactos causados pelas barreiras impostas pela Argentina a produtos brasileiros.

## 2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL

A utilização de instrumentos de política comercial com o intuito de defender a produção nacional de práticas desleais de comércio por parte de outros países está prevista na estrutura da Organização Mundial de Comércio (OMC). É importante lembrar que o espírito que guiou a criação desses mecanismos é o mesmo que levou diversos países a criarem leis domésticas para a defesa da concorrência, proteger os consumidores de práticas lesivas por parte das empresas, que poderiam levar a uma redução do grau de concorrência nos mercados ou mesmo à eliminação dessa concorrência.

Todas as políticas comerciais beneficiam produtores e prejudicam consumidores. Os efeitos das políticas sobre o bem-estar econômico são, na melhor das conjecturas, dúbios. Entretanto, os governos devem ficar atentos para não caírem no impulso de utilizarem os instrumentos de política comercial com o intuito meramente protecionista. O protecionismo não corresponde às pretensões da sociedade como um todo e, em termos de importação, não traz impactos significativos para a balança comercial do país. Os principais instrumentos de política comercial serão apresentados a seguir (Krugman & Obstfeld, 2007; Baumann et al, 2000 ; Carbaugh, 2000; Carvalho, 2007).

### 2.1. Barreiras Tarifárias

São impostos cobrados sobre bens importados. As tarifas podem ser *específicas* ou *ad valorem*. As tarifas específicas incidem sobre a quantidade importada de um determinado bem, enquanto as tarifas ad valorem incidem sobre uma proporção do valor importado. Em ambos os casos, o efeito da tarifa é aumentar o custo do envio de bens para um país. Inicialmente, as tarifas eram usadas como forma de arrecadar receita para os governos; mas o aumento populacional nos países acabou exigindo a criação de novos postos de trabalho, que acabou levando o governo a implantar novas indústrias que, em alguns casos, não tinham condições de competitividade. Com a ampliação da base industrial, o propósito inicial foi desviado e alguns países passaram a utilizar as tarifas como um meio de proteger essas novas indústrias nacionais domésticas.

## **2.2. Barreiras Não Tarifárias**

Devido aos trabalhos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e da OMC, as tarifas tiveram sua importância diminuída ao longo dos tempos e os governos passaram a preferir proteger suas indústrias domésticas por meio de barreiras não tarifárias. A seguir, alguns exemplos de barreiras não tarifárias.

### **2.2.1. Subsídios à Exportação**

É uma ajuda financeira por parte do governo visando tornar os produtores do país competitivos, reduzindo seus custos. Pode ser específico, ad valorem ou misto. Em geral, a concessão de subsídios se dá por meio de pagamentos em dinheiro, redução de impostos ou financiamento de taxas de juros inferiores as de mercado (CARVALHO, 2007). O subsídio à exportação aumenta o preço do produto no país exportador e diminui no país importador, sendo que o aumento no país exportador é menor que o subsídio devido à diminuição dos preços no país importador.

Os exportadores só estarão dispostos a exportar o bem até o ponto em que o preço doméstico exceda o preço estrangeiro pela soma do subsídio. Os efeitos do subsídio sobre o preço mais prejudicam do que ajudam.

### **2.2.2. Taxas Múltiplas de Câmbio**

O governo intervém no mercado de câmbio, fixando uma paridade para a moeda nacional fora da realidade. Como a moeda nacional está muito valorizada, tudo que vem do exterior é muito barato. O governo cria duas ou mais taxas de câmbio para controlar a importação. As mercadorias essenciais são beneficiadas com taxas favorecidas e as não essenciais com taxas elevadas.

### **2.2.3. Quotas de Importação**

São barreiras não alfandegárias que afetam as exportações dos países em desenvolvimento. Elas são restrições diretas sobre a quantidade de algum bem que pode

ser importado. Podem ser definidas a partir de acordos entre países ou sendo resultado de uma decisão unilateral. Em geral, tais restrições obrigam o país importador a criar um controle, que é levado a cabo por meio da emissão de licenças de importação a alguns grupos de indivíduos ou firmas.

Alguns economistas acreditam que esse sistema ofereça mais vantagens do que as restrições por meio de barreiras tarifárias porque as quotas exigem uma limitação precisa da quantidade de mercadorias importadas. Mas é errôneo acreditar que as quotas de importação não elevam os preços domésticos, uma vez que, quando restringem as importações, a demanda pelo bem excede a oferta doméstica mais as importações, fazendo o preço subir.

#### **2.2.4. Restrições Voluntárias às Exportações**

Uma restrição voluntária às exportações (RVE) é uma quota sobre o comércio imposta pelo país exportador com assentimento do país importador, a fim de evitar outras ressalvas comerciais. Do ponto de vista econômico, uma RVE equivale a uma quota de importação, na qual as licenças são atribuídas ao governo estrangeiro e gera, portanto, um custo muito alto para o país importador.

#### **2.2.5. Necessidades de Conteúdo Local**

Por meio de uma regulamentação chamada necessidade de conteúdo local, pode-se exigir que a produção de uma determinada fração do bem se realize internamente. Em alguns casos, a fração é especificada em unidades físicas. As leis de conteúdo local foram amplamente utilizadas pelos países em desenvolvimento que tentavam mudar sua base manufatureira de montagem para bens intermediários. Uma regulamentação de conteúdo local protege tanto quanto uma cota de importação, mas os efeitos são diferentes. O conteúdo local não impõe uma restrição às importações, é permitido que as firmas passem a importar mais, desde que também comprem mais domesticamente.

### **2.2.6. Aquisição Nacional de Bens**

Compras realizadas pelo governo ou por empresas regulamentadas onde os produtos nacionais são priorizados, mesmo que custem mais caros que os importados. Essa é a maneira que o governo encontra para proteger os produtores locais.

### **2.2.7. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias**

Medidas que visam proteger a vida e a saúde humana e animal, evitando que produtos que possam causar danos à população deem entrada num país. São barreiras que incidem especialmente sobre produtos alimentícios, devido ao uso de agrotóxicos.

### **3. ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-ABERTURA COMERCIAL**

#### **3.1. A Abertura Comercial Brasileira**

O modelo de substituição de importações que vigorou entre as décadas de 1930 e 1980 foi de fundamental importância para o crescimento econômico do Brasil. Entretanto, o final da década de 1980 foi marcado por episódios de endividamento externo, recessão, inflação e crise fiscal do Estado. Anos de proteção comercial tornaram os empresários brasileiros muito acomodados. Com o protecionismo garantindo exclusividade, não existia pressão e/ou motivação para inovar. O país não acompanhou os saltos tecnológicos – como a microeletrônica, a informática e as telecomunicações – e o atraso tornou-se cada vez mais evidente.

Em 1989, economistas liberais oriundos de países ricos se encontraram em Washington D.C. para elaborar um conjunto de recomendações aos países em desenvolvimento. Esse receituário, conhecido como Consenso de Washington, sugeria a busca de uma nova agenda de desenvolvimento, baseada na abertura comercial e financeira, nas privatizações de empresas públicas e na diminuição do tamanho do Estado (RABELO, 2013).

O Brasil, que havia perdido sua capacidade de investir em decorrência da crise fiscal, estava em busca de um novo modelo de desenvolvimento. E, gradativamente, o modelo de substituição de importações foi dando lugar à abertura comercial e financeira.

Logo no começo, foram extintas a maioria das barreiras não tarifárias, como cotas, regimes de licença e imposições sanitárias, técnicas e ambientais, e, gradativamente, reduzidas as tarifas às importações. Com isso, o governo esperava preparar os produtores nacionais para a transição para o regime de economia aberta.

O objetivo era promover a modernização do parque industrial brasileiro – uma vez que as indústrias teriam mais facilidade para adquirir bens de capital, máquinas e equipamentos mais modernos – fornecerem produtos aos brasileiros com maior nível tecnológico e menor preço e uma maior diversificação na pauta de exportações, com uma maior participação dos produtos industrializados.

O novo regime também diminuiu algumas falhas de mercados, como o fato do protecionismo ter favorecido setores da indústria que operavam de forma ineficiente – como os setores de bens de capital e bens de consumo duráveis.

Após uma análise dos impactos da liberalização comercial sobre a indústria brasileira Markwald (2001) apresentou suas conclusões, a saber: a redução das barreiras tarifárias

e não tarifárias promoveu um aumento muito significativo da produtividade industrial como resultado da pressão competitiva exercida sobre as empresas industriais brasileiras, estimulando o investimento voltado para a redução dos custos e a melhoria da qualidade pela via da modernização; houve incremento significativo dos gastos P&D e em capacitação de pessoal pelo setor privado.

A abertura comercial também trouxe aspectos negativos. Santos (2009) *apud* Coutinho (1997) destaca que “a eliminação de importantes elos das cadeias produtivas de setores intensivos em tecnologia e capital” foram causadas devido ao aumento das importações de insumos e componentes. Não obstante o real aumento da competitividade da indústria, a estrutura das exportações brasileiras após a adoção do novo regime de abertura comercial não revelou modificações. Os setores intensivos em recursos naturais permaneceram dominantes na pauta, o que acabou revelando a fragilidade da indústria nacional.

### **3.2. Reprimarização da Pauta Exportadora Brasileira no Período Pós-Abertura Comercial**

Apesar de a abertura comercial ter aumentado os ganhos de produtividade da economia, o Brasil perdeu competitividade no cenário internacional ao longo da década de 1990 devido à queda na participação de suas exportações no total das exportações mundiais (de 0,96% em 1997, para 0,94% em 1998 e 0,86% em 1999). A queda de 1998-99 é particularmente relevante, na medida em que a perda de competitividade internacional do país é acompanhada da redução do valor absoluto das exportações durante dois anos consecutivos. As perdas só não foram maiores devido à influência da criação do Mercosul em 1991. Gonçalves (2003) destaca que:

A participação brasileira no sistema mundial de comércio caiu de 0,96% em 1990-94 para 0,92% em 1995-99, isto é, houve uma perda de 4 pontos de centésimo de percentagem. Ocorre que a participação do Brasil no comércio mundial extra-Mercosul reduziu-se em 0,87% em 1990-94 para 0,78% em 1995-99, isto é, houve uma perda de nove pontos de centésimo de percentagem. Dessa forma, a criação do Mercosul representou um ganho de cinco pontos de centésimo de percentagem no comércio mundial e, portanto, funcionou como um “freio” à queda de competitividade internacional do Brasil.

Ainda segundo Gonçalves (2003):

Outro aspecto é a tendência de reprimarização da pauta exportadora nacional, apesar dos resultados indicarem que a produtividade industrial aumentou mais que a agrícola, o fato é que os produtos agrícolas brasileiros mostraram uma nítida tendência de aumento de competitividade internacional [...] dados mostram que a participação dos manufaturados na pauta exportadora reduziu-se de 55,1% em

1990-94 para 53,1% em 1995-1998, já a participação dos produtos agrícolas aumentou de 29,8% para 33,8%.

Baseado nos argumentos de Cavalcanti e Ribeiro (1998) de que o desempenho das exportações brasileiras de manufaturados depende de condições relacionadas à oferta, enquanto que os produtos agrícolas dependem das condições da demanda, Gonçalves (2003)

Afirma que o desempenho desfavorável das exportações brasileiras de manufaturados foi influenciado por variáveis como: a taxa de câmbio, que se manteve apreciada entre 1994 e 98 como reflexo das políticas liberalizantes do período pós-abertura comercial, e a taxa de investimento, houve perda de dinamismo do processo de acumulação de capital no Brasil na segunda metade dos anos 90.

Gonçalves (2003) concluiu que a reprimarização do padrão de exportação brasileiro durante a segunda metade dos anos 90 foi o fator determinante para a inserção regressiva do Brasil no comércio internacional, com destaque para os produtos baseados nas vantagens comparativas do país.

### **3.3. Comércio Exterior Brasileiro no Período Pós-Implantação do Plano Real e Pós-Adoção do Regime de Câmbio Flutuante**

Até o começo dos anos 90, devido à alta taxa de inflação, o governo brasileiro buscou manter a competitividade de suas exportações e a entrada de divisas necessárias para o pagamento dos serviços da dívida externa promovendo minidesvalorizações cambiais quase que diariamente. Apesar disso, o regime não conseguiu ser suficiente para garantir uma taxa de câmbio real estável. Buscando deter um desgaste no saldo da balança comercial, duas correções cambiais foram realizadas, a primeira em setembro de 1990 e a segunda em outubro de 1991.

Com a necessidade de atrair capitais internacionais para o financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, outra vez pode-se notar um movimento contínuo de valorização cambial.

A partir de 1994, o câmbio passou a ser controlado mais fortemente pelo Banco Central (BACEN). No regime de câmbio fixo, a taxa de câmbio é fixada pela autoridade monetária, ou seja, o preço da moeda estrangeira em termos de moeda nacional é garantido e todas as transações comerciais internacionais que envolvam a entrada e saída de divisas obedeceram às taxas fixadas pela autoridade monetária (AZEVEDO, 2007).

Implantado em julho de 1994, pelo então Ministro da Fazenda da época, Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Plano Real tinha como finalidade alinhar os preços e

contribuir para que a transição provocada pela reforma monetária fosse menos traumática (RABELO, 2013).

De imediato foi realizado um plano de ajuste fiscal seguido da indexação da economia e culminando na instauração de uma nova moeda, o real, que foi vinculado à proporção R\$1/US\$1, uma flutuação vinculada ao dólar (Abreu, 2003 *apud* Pohlmann e Triches, 2008).

Esse processo que ficou conhecido como “âncora cambial” acabou afetando bastante a balança comercial brasileira. Com o barateamento das importações e encarecimento das exportações, os até então saldos superavitários foram substituídos por sucessivos déficits.

Parte do aumento da demanda fora destinada para produtos importados tanto de bens de consumo, como de matérias-primas e bens de capital. Com a redução dos impostos, os produtos estrangeiros ficaram mais baratos que os nacionais. As empresas brasileiras também utilizavam produtos importados – que detinham um maior grau de tecnologia – para conseguir enfrentar a concorrência internacional.

Isso se deveu a dois motivos. O primeiro, a valorização da taxa de câmbio; e, o segundo, o regime de câmbio fixo sustentado por uma estratégia de acumulação de reservas internacionais. Além disso, o sistema do real vinculado ao dólar possibilitava a ocorrência de ataques especulativos à moeda brasileira. Em 1999, os déficits elevados em conta corrente engendrou o abandono do regime de câmbio fixo, dando início à segunda fase do Plano Real, que se caracterizava pelo regime de taxa de câmbio flutuante.

O regime de câmbio flutuante é basicamente ajustado pelo mercado de divisas. O valor da moeda nacional em relação à moeda estrangeira é determinado pelos agentes econômicos privados, sem intromissões do Banco Central, onde qualquer desajuste seja abolido pelo mecanismo de preço (RABELO, 2013).

A partir de 1999, o déficit na balança comercial brasileira começou a diminuir, mas somente no ano seguinte foi que começaram a surgir os efeitos positivos da desvalorização do real sobre as exportações e atividade econômica.

Embora as exportações tivessem se tornado mais competitivas, ainda não eram o suficiente para produzir um superávit comercial. Mesmo com os preços das importações mais elevados, as tarifas de importação ainda eram muito baixas. No começo dos anos 2000, segundo ano da atuação do regime de câmbio flutuante, as exportações começaram a exibir uma alta em seu crescimento estimulada pela taxa de câmbio.

Em 2003, de acordo com estudos do IEDI (2004), os preços internacionais ajudaram as exportações, assim como transformaram uma redução do quantum das importações em aumento em valor do total importado. Os preços de exportações cresceram 4,6% (o mesmo aumento percentual médio de declínio do período 1999/02), contribuindo com cerca de 22% para o aumento das exportações brasileiras. O aumento do quantum

exportado (15,7%), que superou o crescimento médio verificado entre os anos de 1999/02 (9,2%), contribui também para o aumento das exportações totais (AZEVEDO, 2007).

Além da elevação das exportações, resultado da alta dos preços das commodities influenciada pela explosão da demanda chinesa, outro fator merece destaque: a parcial recuperação das exportações com destino para a Argentina. As vendas para o parceiro comercial corresponderam, isoladamente, em 2003, a 17% do total das exportações. Percebe-se que a reanimação da economia vinha sendo estimulada pelas exportações, as quais foram favorecidas pela desvalorização da moeda. Porém, a recuperação da economia se revelava fraca e passageira (RABELO, 2013).

## **4. ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO PERÍODO 1990-2015.**

### **4.1. Abertura Comercial e a Evolução do Saldo Comercial Brasileiro**

A abertura comercial iniciada no final dos anos 80 foi indispensável para que o Brasil superasse o estágio do modelo de substituição de importações e obtivesse melhores resultados na produtividade.

Os dois primeiros anos após a introdução do novo regime foram de forte retração nas exportações, se comparados aos anos anteriores. A abertura comercial brasileira praticamente se confunde com a abertura às importações. Isso se explica primeiro, porque as importações vinham sendo comprimidas por pesadas restrições nos anos 80, diante das dificuldades pelas quais o país passava em função da escassez de divisas. Em segundo lugar, porque as exportações vinham crescendo razoavelmente desde meados de 1980 e porque o país não conseguiu modernizar a sua indústria na velocidade exigida pela concorrência com os novos países industrializados, em razão do próprio estancamento da capacidade de importar (RABELO, 2013).

Operando no regime de câmbio fixo, os produtos nacionais não tinham como competir com os produtos estrangeiros, o que acabou gerando déficits consecutivos na balança comercial em meados da década de 90, que será verificado na tabela 1 a seguir.

**Tabela 1 – Exportação, Importação e o Saldo da Balança Comercial Brasileira entre 1990 e 2008 – Em US\$ FOB**

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	31.413.756.040	20.661.362.039	10.752.394.001
1991	31.620.439.443	21.040.470.792	10.579.968.651
1992	35.792.985.844	20.554.091.051	15.238.894.793
1993	38.554.769.047	25.256.000.927	13.298.768.120
1994	43.545.148.862	33.078.690.132	10.466.458.730
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	-3.465.613.793
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259
1998	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429
1999	48.012.789.947	49.301.557.692	-1.288.767.745
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Só no primeiro ano após a implantação do Plano Real, as importações cresceram mais de 70% em relação ao ano anterior e, no mesmo período, as exportações cresceram 20%. As importações saltaram de US\$33 bilhões em 1994 para quase US\$50 bilhões em 1995 e para quase US\$60 bilhões em 1997, ao passo que as exportações cresceram a

um ritmo menos acelerado. A queda da inflação beneficiou as camadas que detinham menor poder aquisitivo e aumentou a demanda, principalmente, por produtos importados de consumo durável.

Após a adoção do câmbio flutuante em 1999, com a desvalorização da moeda nacional, foi possível reverter, ainda que de forma gradual, o período de péssimos resultados nas contas externas brasileiras apresentadas nos anos anteriores. Inicialmente, a desvalorização do real atingiu mais importações brasileiras do que as exportações, já a situação desfavorável do comércio mundial contribuiu para retardar a resposta das exportações. As economias mundiais e brasileiras não se encontravam em um bom momento.

Em 2003, quando a economia mundial já tinha retomado seu crescimento e os preços das commodities se elevavam no mercado internacional, foram constatados expressivos aumentos nas exportações, que perduraram até 2008 (Santos, 2009).

Entre 2000 e 2008, as exportações apresentaram aumentos constantes, podendo-se afirmar que os superávits comerciais obtidos no período devem-se ao bom desempenho das vendas externas brasileiras, como destaca Melo (2007).

Mas não foram exclusivamente as elevações nos preços dos produtos exportados pelo Brasil que tornaram o ambiente favorável para as vendas externas. Esse forte aumento do crescimento do comércio brasileiro verificado a partir de 2003, e principalmente o comportamento das exportações, está relacionado tanto a fatores como o nível da taxa de câmbio e o desempenho da economia internacional, como também ao crescimento dos preços das commodities no mercado internacional, devido ao impacto do elevado crescimento da China sobre a demanda por esses produtos e ao descolamento de fundos de outras aplicações no mercado financeiro para as bolsas de mercadorias e futuros (Baltar, 2007).

Graças ao crescimento de países em desenvolvimento, em particular a Ásia, a demanda por combustíveis está acima da oferta. Os alimentos estão causando a desproporção, já que, o aumento da renda das populações de países em desenvolvimento causou um aumento no consumo de alimentos como carne, cereais, leite e seus derivados (Freitas, 2009). A crise de 2008 encolheu a demanda mundial, e apesar das retrações nas exportações e importações, o Brasil fechou o ano com saldo positivo.

**Tabela 2 – Exportação, Importação e o Saldo da Balança Comercial Brasileira entre 2009 e 2015 – Em US\$ FOB**

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733
2014	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752
2015	191.134.324.584	171.449.050.909	19.685.273.675

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Em 2009, a responsável pela deterioração do superávit, segundo mostram os números do governo, foi a retomada do crescimento econômico, registrada com mais intensidade no segundo semestre de 2008. Com o início da recuperação da economia, as compras do exterior, ligadas também aos investimentos das empresas, como compras de máquinas e equipamentos, além da aquisição de bens de consumo pela população, subiram mais fortemente – mas as exportações não acompanharam este movimento na mesma intensidade (Alexandro Martello, G1, 02 de janeiro de 2010).

Com o real mais valorizado em relação ao dólar, as importações brasileiras cresceram mais que as exportações. Com isso, o saldo da balança comercial ficou positivo em US\$ 20,1 bilhões em 2010, representando uma queda de 20,28% na comparação com o resultado de 2009 (US\$ 25,2 bilhões).

Impulsionadas principalmente pela alta dos preços das commodities no mercado internacional, as exportações tiveram uma expansão de 31,98% em relação a 2009, totalizando o montante histórico de US\$ 201,916 bilhões. No mesmo período, as importações cresceram 42,32%, totalizando US\$ 181,638 bilhões.

Segundo os dados apresentados pelo MDIC:

O saldo da balança comercial brasileira em 2011 chegou a US\$ 29,7 bilhões e apresentou crescimento de 47,8% sobre 2010. O resultado é o maior dos últimos quatro anos, sendo superado em 2007, quando foi de US\$ 40 bilhões. As exportações brasileiras no ano foram recordistas, somando US\$ 256,041 bilhões, com aumento de 26,8% sobre o resultado do ano anterior, o que também aconteceu com as importações (US\$ 226,251 bilhões, com alta de 24,5%) e a corrente de comércio (US\$ 482,292 bilhões, com aumento de 25,7%).

O aumento do saldo comercial em 2011 está relacionado, principalmente, com a elevação dos preços das chamadas "commodities" (produtos básicos com cotação internacional, como alimentos, petróleo e minério de ferro, entre outros) no mercado externo - que vigorou, com mais intensidade, nos primeiros meses do ano passado. Com o preço em alta, as vendas externas se tornaram mais rentáveis - o que aumentou o valor das exportações. (Alexandro Martello, G1, de 02-01-2012).

A balança comercial brasileira fechou o ano de 2012 com um superávit de US\$ 19,3. O resultado foi considerado o pior desde 2002, quando o saldo ficara em US\$ 13,1 bilhões. Com a economia mundial crescendo a um ritmo mais lento, as exportações acabaram sofrendo uma redução. Em 2013, pelo segundo ano consecutivo, o saldo da balança econômica registrou mais uma queda em seu superávit comercial.

Pela primeira vez desde 2000, a balança comercial apresentara um saldo deficitário. As importações brasileiras em 2014 totalizaram US\$ 229 bilhões, contra US\$ 225,1 bilhões das exportações. As compras do exterior superaram as vendas em US\$ 3,9 bilhões. A queda maior que a estimada do preço das commodities, a crise econômica na Argentina e os gastos do Brasil com a importação de combustíveis foram considerados como os principais fatores que contribuíram para esse déficit.

A balança comercial encerrou 2015 com de US\$ 19,685 bilhões. O resultado superou previsão do governo – que era de US\$ 15 bilhões. Apesar do resultado positivo da balança, 2015 foi um ano de queda nas vendas brasileiras para o exterior. As exportações registraram uma queda de 4,05% na comparação a 2014. Nas importações, a queda foi de 38,68%. O superávit da balança deveu-se à queda das importações em ritmo mais acentuado que as exportações. O país diminuiu a compra de bens importados devido à queda na atividade econômica e a alta do dólar.

## **4.2. Fatores que Beneficiaram o Crescimento das Exportações Brasileiras a partir de 2004**

Segundo Rabelo, 2013:

Do lado das exportações, existem dois fatores que afetam o seu resultado: o crescimento econômico de seus parceiros comerciais e a valorização cambial que afeta a variação nos preços dos produtos básicos. Quando acontece um crescimento econômico nos países que fazem parceria com o Brasil, há um aumento da demanda geral por produtos de exportação, logo aumentando as exportações brasileiras. Quando há a valorização cambial, há um aumento no preço relativo dos bens externos em termos dos bens internos. Os preços dos bens do parceiro comercial se tornam mais caros e os preços do Brasil mais vantajosos.

Em 2004, as exportações somavam US\$96,5 bilhões, enquanto que as importações registravam US\$62,8 bilhões, com um saldo de US\$33,7 bilhões (MDIC, 2006). Esses bons resultados da balança comercial estavam relacionados ao aumento da demanda por produtos agrícolas, minérios e semimanufaturados por parte da China (como já foi citado anteriormente), ao consumismo desenfreado dos norte-americanos, a inclusão de novos mercados como México, Rússia, Índia, Coreia do Sul e Japão assim como a recuperação argentina, ao bom momento em que a economia mundial se encontrava e ao aumento dos preços das commodities que foram impulsionados por uma desordem entre oferta e demanda internacionais de combustíveis e alimentos.

A alta das taxas de juros americanas e a contínua apreciação da moeda brasileira ante o dólar americano – que é a moeda utilizada para a cotação dos preços das commodities – também foram consideradas causas da elevação dos preços das commodities. Com o dólar cotado a R\$2,16/US\$ em novembro de 2005, e fechando o ano a R\$2,34/US\$, os produtores precisaram aumentar os preços para compensar as perdas decorridas dessa depreciação.

Mesmo com um cenário de câmbio apreciado, recuperação da renda e do emprego e do crescimento industrial em alguns setores (Rabelo, 2013), os preços das exportações exibiram uma alta (12,2%) um pouco superior à constatada em 2004 (10,7%). Vale destacar que novas medidas relacionadas à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) foram implantadas na perspectiva de estimular o crescimento das exportações nesse período.

Em janeiro de 2007, foi lançado um programa econômico cujo objetivo era acelerar o crescimento do país. O PAC, como ficou conhecido o Programa de Aceleração de Crescimento, introduziu diversas medidas que tinham impactos diretos e indiretos nas exportações nacionais. A crise financeira internacional que se iniciou em 2007 não teve impacto imediato na dinâmica do comércio exterior, como pode ser observado pelo saldo positivo da balança comercial na tabela 2.

Com o agravamento da crise internacional, em 2008, causando uma desaceleração nas economias de alguns dos principais compradores do Brasil, houve uma retração no ritmo de expansão das exportações nacionais. Ainda que diante de um cenário econômico de incertezas como esse, a balança comercial fechou o ano com superávit de US\$24,9 bilhões. Com a recuperação da economia mundial, a moeda mais valorizada, e os preços das commodities ainda em alta, em 2010 o valor exportado voltou a subir e seu crescimento bateu recorde histórico de US\$201,9 bilhões, o maior desde 2008.

Embora a economia mundial estivesse se recuperando, entre 2012 e 2014, as exportações brasileiras acabaram sofrerem uma diminuição. Os preços das commodities despencaram e o principal parceiro comercial brasileiro – Argentina – estava passando por mais uma crise interna. Com a alta do dólar, o país fechou o ano de 2015 superavitário.

### **4.3. Principais Setores Exportadores**

Ao analisar a pauta exportadora brasileira nos últimos anos, foi possível verificar um pequeno aumento no número dos principais setores exportadores. No mais, o saldo do país permanece altamente dependente dos mesmos setores que dominavam a pauta na primeira metade da década de 1990 (RIBEIRO, 2007).

Observa-se que os setores exportadores que estiveram como os primeiros da lista durante o período foram: soja mesmo triturada, minérios de ferro e seus concentrados, automóveis de passageiros, farelos e resíduos da extração de óleo de soja, aviões, óleos brutos de petróleo, carne de frango congelada, fresca e refrigerada, açúcar de cana em bruto, carne de bovino congelada, fresca e refrigerada, partes e peças para veículos, e café cru em grão.

### **4.4. Classificação das Exportações Brasileiras sob a Ótica do Fator Agregado**

Analisando a tabela 3, pode-se observar que, os produtos básicos começaram a apresentar um crescimento superior ao total das exportações a partir de 2001. Em 2008, os produtos básicos registraram um aumento de 41,54% em suas exportações, enquanto que os semimanufaturados tinham aumentado 24,19% e os manufaturados apenas 10,41%.

Em 2009, com a demanda mundial retraída em decorrência da crise deflagrada um ano antes, as exportações totais apresentaram uma diminuição de 22,71%, sendo que o setor que mais sofreu foi o de manufaturados, com uma queda de 27,33%.

Em 2010, as exportações voltaram a crescer, sendo que mais uma vez os produtos básicos foram os que tiveram maior destaque, com um crescimento de 45,27% em relação ao ano de 2009, enquanto que os semimanufaturados e os manufaturados cresceram, respectivamente, 37,60% e 18,13%. Tal crescimento permaneceu até meados de 2012, quando as exportações voltaram a cair.

**Tabela 3 – Exportação Brasileira por Fator Agregado – 1999-2015 (US\$ FOB)**

ANO	BÁSICOS	SEMIMANUFATURADOS	MANUFATURADOS	TOTAL
1999	11.827.714.439	7.981.816.621	27.331.116.461	48.012.789.947
2000	12.564.213.653	8.499.143.505	32.558.809.196	55.118.919.865
2001	15.349.157.173	8.243.719.500	32.957.232.261	58.286.593.021
2002	16.959.137.566	8.965.474.566	33.068.452.805	60.438.653.035
2003	21.186.280.630	10.944.949.061	39.763.702.130	73.203.222.075
2004	28.528.570.681	13.432.829.719	53.137.454.153	96.677.498.766
2005	34.723.705.048	15.962.530.677	65.360.670.060	118.529.184.899
2006	40.280.500.171	19.522.657.784	75.022.939.944	137.807.469.531
2007	51.595.634.520	21.799.871.161	83.942.894.369	160.649.072.830
2008	73.027.659.951	27.073.161.050	92.682.612.825	197.942.442.909
2009	61.957.450.140	20.499.192.345	67.349.060.428	152.994.742.805
2010	90.004.977.023	28.207.374.323	79.562.636.749	201.915.285.335
2011	122.456.858.719	36.026.477.307	92.290.867.357	256.039.574.768
2012	113.454.235.845	33.042.049.837	90.707.180.387	242.578.013.546
2013	113.023.336.257	30.525.504.105	92.945.137.539	242.033.574.720
2014	109.556.367.262	29.065.355.554	80.211.027.835	225.100.884.831
2015	87.188.201.254	26.463.342.223	72.790.648.605	191.134.324.584

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

**Tabela 4 – Divisão da Pauta Exportadora por Fator Agregado – 1999-2015 (%)**

ANO	BÁSICOS	SEMIMANUFATURADOS	MANUFATURADOS
	Part. %	Part. %	Part. %
1999	24,63	16,62	56,92
2000	22,79	15,42	59,07
2001	26,33	14,14	56,54
2002	28,06	14,83	54,71
2003	28,94	14,95	54,32
2004	29,51	13,89	54,96
2005	29,30	13,47	55,14
2006	29,23	14,17	54,44
2007	32,12	13,57	52,25
2008	36,89	13,68	46,82
2009	40,50	13,40	44,02
2010	44,58	13,97	39,40
2011	47,83	14,07	36,05
2012	46,77	13,62	37,39
2013	46,70	12,61	38,40
2014	48,67	12,91	35,63
2015	45,62	13,85	38,08

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Analisando a divisão da pauta exportadora (tabela 4), pode-se observar que os produtos básicos têm aumentado sua participação gradualmente, enquanto que os industrializados (semimanufaturados e manufaturados) vêm tendo sua participação diminuída. Embora os semimanufaturados consigam manter sua participação constante, o mesmo não pode ser dito dos manufaturados, cuja participação nas exportações vem caindo de maneira drástica.

Os produtos básicos que em 2000 representavam 22,79% das exportações totais, passaram a responder a quase metade da pauta exportadora brasileira, sendo que em 2014 sua participação correspondeu a 48,67% – a maior nos últimos dezesseis anos. Fazendo uma comparação com os manufaturados, estes tiveram uma perda de participação de quase 17 pontos percentuais (de 54,96% em 2000 para 38,08% em 2015).

Cabe ressaltar que essas variações nos produtos básicos poderiam ser maiores se a classificação do MDIC considerasse como commodities quaisquer produtos que passassem por algum tipo de processamento.

Esse aspecto da participação dos produtos por fator agregado entre 1999 e 2015, que já tinha sido notado ao longo da década de 1990, é chamado de reprimarização no padrão de comércio internacional, que tem como mecanismo de funcionamento a redução na participação do comércio internacional de manufaturados e aumento na participação no comércio mundial de produtos agrícolas.

Gonçalves (2003) retrata que a participação dos manufaturados na pauta exportadora brasileira sofreu uma retração de 55,1% em 1990-94 para 53,1% em 1995-98, já os básicos no mesmo período passaram por um processo de ganho de participação na pauta, aumentando para 33,8% uma participação que antes era de 29,8%.

## 5. COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA DESDE A CRIAÇÃO DO MERCOSUL ATÉ OS DIAS ATUAIS

### 5.1. Evolução das Relações Comerciais entre Brasil e Argentina

Desde a assinatura da Ata de Iguazu em novembro de 1985 e, posteriormente, a criação do Tratado de Assunção, em 1991, o intercâmbio comercial Brasil-Argentina vem apresentando uma alta média de crescimento.

No ano da assinatura do Tratado de Assunção que criou o Mercosul em 1991, a exportação brasileira para a Argentina cresceu 128, 81% em relação ao ano anterior, e a participação desse país nas exportações totais do Brasil praticamente duplicou. (Macadar, 2009).

Mesmo levando-se em consideração as assimetrias existentes entre as duas economias nesse período, os primeiros anos do processo de integração foram bem equilibrados, o fluxo de comércio se desenvolveu de maneira acentuada.

Esse sucesso deveu-se às condições regionais e internacionais pelas quais ambas as economias estavam passando. Brasil e Argentina passavam por um processo de expansão econômica, ocorrência de grande entrada de capitais internacionais – tanto na forma de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), como investimentos financeiros – e melhoria em seus termos de troca.

As exportações brasileiras para a Argentina cresceram ininterruptamente até 1994, quando, pela primeira vez, o país ficara deficitário no intercâmbio comercial com o país vizinho. Mas isso não representou um obstáculo na relação. Nos anos seguintes, a corrente do comércio bilateral entre os dois países atingiu seu ápice.

Esse cenário estável nas relações comerciais bilaterais persistiu até 1997, pois a partir de 1998 ele sofreu uma reversão. A crise do Leste asiático que atingiu a América Latina provocou queda no preço das commodities e fuga de capitais, isso provocou recessão nos dois maiores sócios do Mercosul (Silva, 2011 *apud* Bozzala; Espora; Rosenberg, 2006).

Em 1999, com os investimentos direcionados prioritariamente para o Brasil, em decorrência do câmbio brasileiro desvalorizado, e a Argentina enfrentando uma recessão no mesmo ano, houve uma redução nas exportações e importações de ambos os países. Esta diminuição permaneceu até meados de 2002, quando houve um ensaio de recuperação – que acabou sendo abalada com a crise argentina do mesmo ano.

Recuperada da crise em 2003 e combinando com a fase expansiva da economia mundial, a Argentina observou um elevado crescimento econômico do país. Com suas exportações concentradas em produtos intensivos em recursos naturais e de menor valor agregado, o país se beneficiou da valorização das commodities metálicas e agrícolas no cenário internacional.

A demanda argentina por produtos industriais importados favoreceu seus parceiros comerciais, principalmente o Brasil e a China. Contudo, a valorização do real fez a participação das exportações do Brasil para a Argentina caírem. Em contrapartida, a China, junto com outros países asiáticos, aumentaram suas participações na pauta importadora argentina.

Ainda assim, as exportações brasileiras para a Argentina superavam as importações. Isto se explicava pelo fato de que o comércio argentino começava a perder importância para os exportadores brasileiros.

Uma nova crise internacional em 2008, seguida de uma valorização do real frente ao dólar em 2009, colocou o Brasil em posição deficitária no comércio bilateral e o fez perder espaço para a China.

Ainda assim, a corrente de comércio da Argentina com o Brasil chegou a responder por quase 27% do total de suas transações de mercadorias com o mundo em 2010. Já o peso da Argentina na corrente de comércio brasileiro não conseguiu manter a forte aceleração vista na década de 1990 (Celeste, 2012).

A Argentina enfrentava problemas para sair da crise devido ao esgotamento dos fatores que a retiraram da crise de 2002. Tal fato encontrou uma Argentina enfraquecida pelo desgaste político (Macadar, 2009).

Tendo que enfrentar problemas para sair da crise – visto que os fatores que a retiraram da crise de 2002 estavam esgotados – e um desgaste político, a Argentina começou a adotar medidas de proteção para a defesa do comércio argentino. As barreiras comerciais impostas colocaram alguns setores da indústria brasileira em uma situação bastante desconfortável.

### **5.1.1. As Barreiras ao Comércio Impostas pela Argentina a Produtos Brasileiros**

Sob a justificativa de tentar proteger sua indústria nacional contra a “concorrência desleal” dos produtos importados, a Argentina estabeleceu uma série de medidas de defesa comercial, como: licenças não automáticas de importação; estabelecimento de preços mínimos para alguns produtos importados; investigações antidumping; e

introdução de restrições voluntárias às exportações por parte dos países parceiros comerciais (Macadar, 2009).

As barreiras comerciais estabelecidas pelo governo de Cristina Kirchner às exportações brasileiras alcançaram em 2009, 14% do total das vendas brasileiras para este país (Palácios, 2009a) enquanto que, em 2008, esse percentual representava apenas 4,27% (Monteiro, 2009). As autoridades e os industriais da Argentina argumentavam que esse país vinha sofrendo uma invasão de produtos brasileiros e que, diante da crise internacional, as empresas argentinas precisavam ser protegidas das assimetrias em relação às brasileiras (Macadar, 2009 *apud* Palácios, 2009a).

Os usos das licenças não automáticas de importação foram alvo de discussão entre empresários do setor privado. Recursos burocráticos foram utilizados para atrasar as emissões de licenças em até 150 dias – onde o prazo legal estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) é de, no máximo, 60 dias – e assim dificultar que as mercadorias chegassem aos seus destinos nos prazos marcados.

Entre os setores que mais sofreram restrição por parte do protecionismo argentino, estavam os de calçados, têxteis e vestuário, autopeças (freios, embreagens, baterias), tornos, móveis de madeira, linha branca (geladeiras, TVs, entre outros), e celulose e papel, além de doces e chocolates, massas e biscoitos e máquinas e ferramentas agrícolas (Macadar, 2009).

Diante de tantas queixas, o governo argentino propôs aos industriais brasileiros desses setores, cujos produtos concorriam diretamente com os produtos argentinos, uma redução voluntária de suas exportações. Ao final de junho de 2009, apenas os setores de celulose e papel, autopeças, freios e embreagens, baterias, leite em pó, móveis de madeiras, e calçados tinham assinado acordos de reduções voluntárias de exportação (Quadro 1).

**Quadro 1 – Acordos assinados entre empresários brasileiros e argentinos — 1º semestre de 2009**

Celulose e papel	O acordo de 1999 foi renovado. Mantida a cota de 50.000 toneladas por ano para exportações brasileiras de papel de imprimir e escrever.
Autopeças	Produtores brasileiros aceitaram reduzir em 32% as vendas de baterias. A cota para 2009 ficou em 850.000 unidades.
Freios e embreagens	Produtores brasileiros aceitaram reduzir em 30% as exportações de freios e em 40% as de embreagens para 75 modelos com similar na Argentina. As outras embreagens não terão restrições.
Baterias	Produtores brasileiros aceitaram reduzir em 32% as exportações em relação a 2008.
Leite em pó	Produtores argentinos elevar o preço mínimo de US\$ 1.780 para US\$ 2.200 por tonelada. Foi fixada cota de 3.000 toneladas por mês.
Móveis de madeira	Produtores brasileiros aceitaram reduzir em 35% as exportações em relação aos US\$ 155 milhões de 2008.
Calçados	Foi fixada uma cota de 15 milhões de pares por ano até 2011 para os fabricantes brasileiros. Redução de 19% em relação aos 18,5 milhões de pares de 2008.

Fonte: Macadar, 2009 apud Diversas.

Entretanto, mesmo depois de terem sido fechados os acordos mencionados, novas medidas protecionistas continuaram sendo formuladas (Macadar, 2009).

O setor calçadista foi um dos mais prejudicados. Em setembro de 2011, os fabricantes de calçados estavam há mais de 210 dias esperando que os pares dos produtos fossem aprovados para entrar na Argentina. Todo esse protecionismo acabou fazendo com que várias empresas brasileiras do setor transferissem suas fábricas para lá.

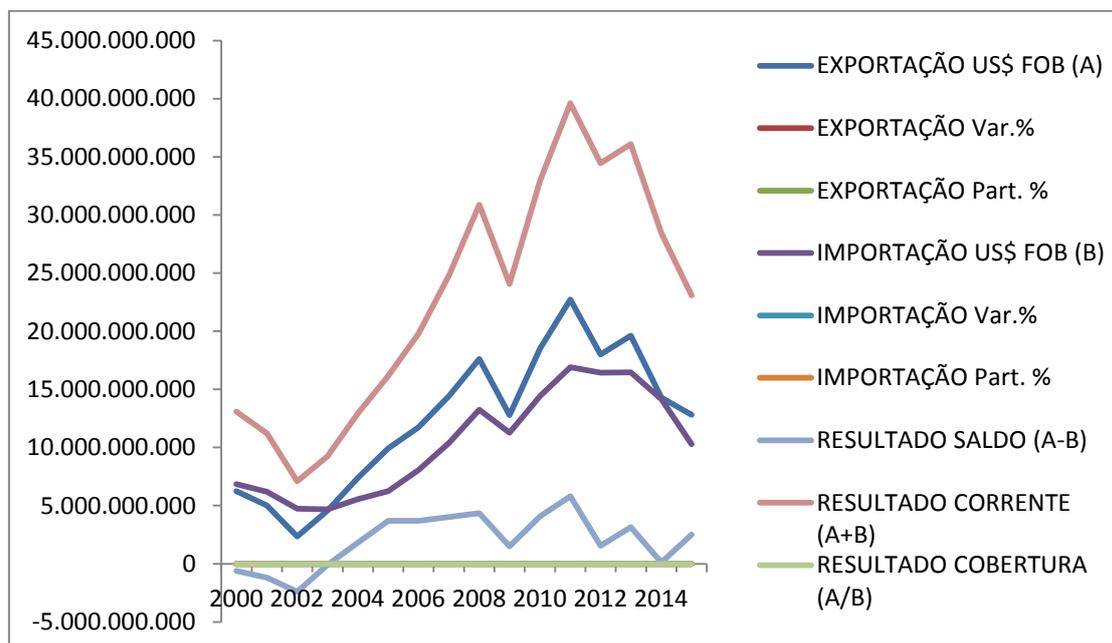
Esta era umas das estratégias do governo Kirchner, atrair investimentos diretos do Brasil através da transferência de parte da produção das empresas brasileiras que fossem afetadas pelas barreiras comerciais para território argentino, como forma de contorná-las.

Em junho de 2009, o Banco Central disponibilizou US\$ 1,5 bilhão que seriam destinados para o financiamento do comércio bilateral, permitindo à Argentina importar produtos brasileiros sem precisar usar os dólares de suas reservas internacionais. O BNDES também concedeu uma linha de crédito de US\$300 milhões ao Banco de La Nación Argentina para financiar a importação de produtos brasileiros. Isso indicava que, mesmo enfrentando todos esses problemas, o governo brasileiro tentava buscar alternativas para diminuir os conflitos entre os dois países.

## 5.2. Comércio Bilateral Brasil-Argentina

Nas últimas duas décadas, a corrente comercial entre Brasil e Argentina apresentou uma boa evolução. Entre 1991 e 2011, a corrente comercial passou de menos de US\$5 bilhões para quase US\$40 bilhões, com exceção dos períodos entre 1999 e 2002 – quando o comércio bilateral deu uma encolhida.

**Gráfico 1 – Intercâmbio Comercial Brasil-Argentina**



Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Entre 1995 e 2003, as transações comerciais estavam favoráveis à Argentina, todavia, com o país enfrentando problemas internos de estabilização de preços e desenvolvimento industrial; as importações de produtos provenientes do Brasil acabaram comprimindo, principalmente entre 2001 e 2003, períodos marcados pela

crise cambial brasileira e pela desvalorização do real. Essa retração só começou a ser revertida a partir de 2006.

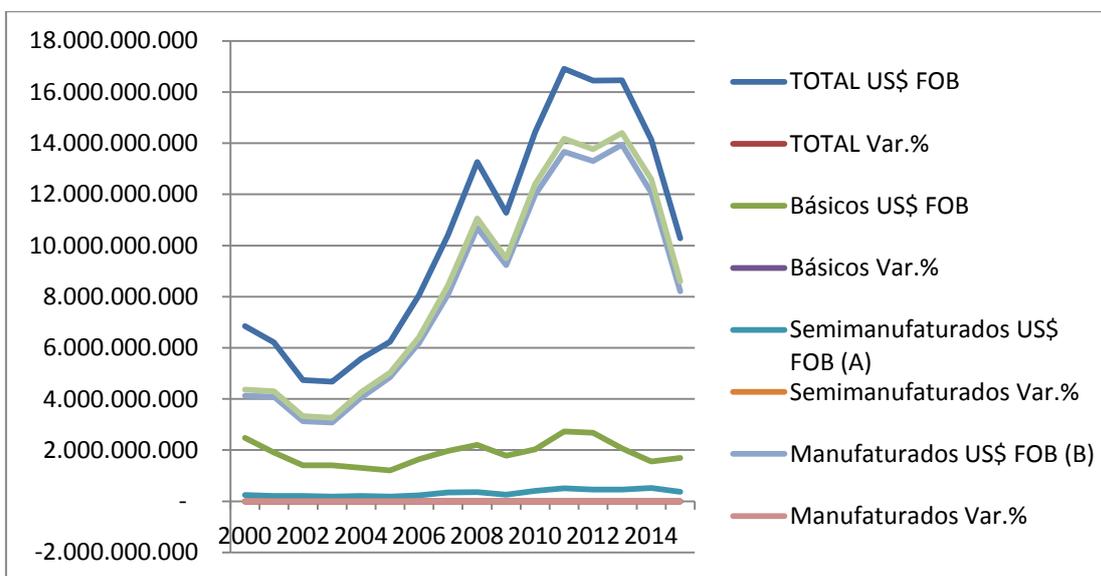
Já as importações brasileiras oriundas da Argentina caíram num ritmo bem menor no período considerado e isso contribuiu para que o saldo fosse mantido (Silva, 2011).

A recessão fez a indústria Argentina perder competitividade frente à indústria brasileira, porque mesmo com a adoção de medidas protecionistas, a Argentina não conseguia competir com os produtos importados brasileiros.

Analisando o gráfico 1, nota-se que as transações com o Brasil sempre apresentaram uma importância significativa para a Argentina, onde o mesmo não pode ser dito do Brasil. Como já foi citado anteriormente, as transações comerciais com a Argentina tiveram sua importância diminuída.

### 5.2.1. Importação Brasileira Argentina pela Ótica do Fator Agregado

**Gráfico 2 – Importação Brasileira Argentina – Totais por Fator Agregado**



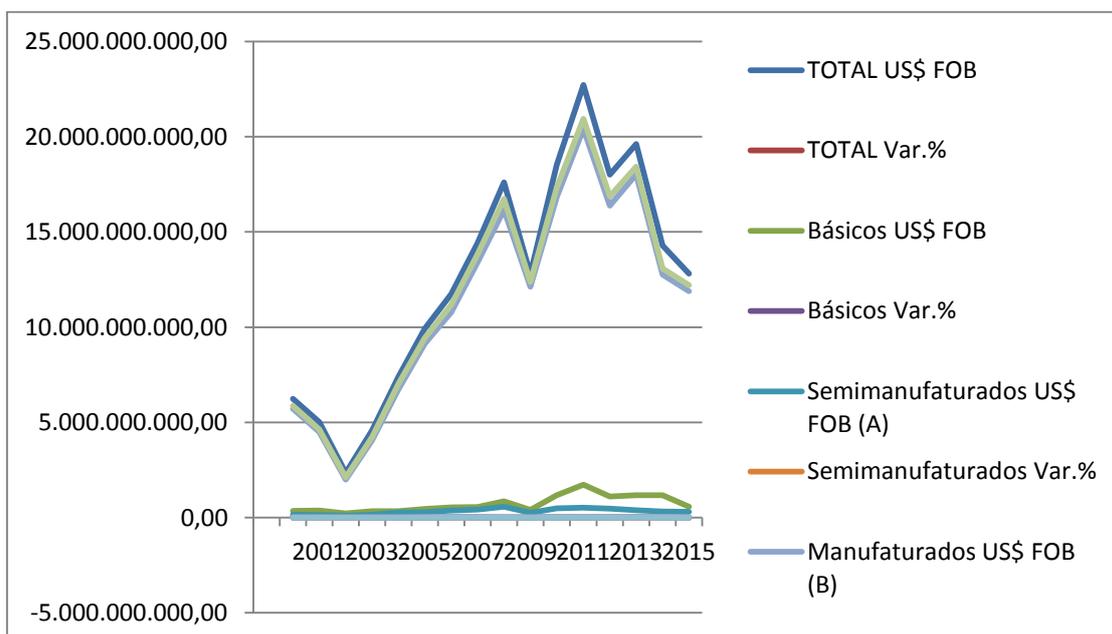
Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Conforme podemos ver no gráfico, os principais produtos que o Brasil importa da Argentina são bens industrializados, com destaque para automóveis de passageiros, veículos de carga, partes e peças para veículos automóveis e tratores. Através disso, nota-se como a pauta exportadora argentina é pouco diversificada e como é dependente do seu setor automotivo.

Com exceção do trigo em grão, os outros produtos que o Brasil importa da Argentina possuem baixo valor agregado, como commodities agrícolas, inseticidas, formicidas, herbicidas e produtos semelhantes, produtos hortícolas preparados/conservados em ácido acético e produtos de perfumaria, de toucador e preparo cosméticos.

## 5.2.2. Exportação Brasileira Argentina pela Ótica do Fator Agregado

Gráfico 3 – Exportação Brasileira Argentina – Totais por Fator Agregado



Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Analisando o gráfico acima se pode verificar que as exportações brasileiras para a Argentina são compostas, em sua grande maioria, por produtos semimanufaturados e manufaturados que concentram alto valor agregado, com destaque para os automóveis de passageiros, veículos de carga, aparelhos transmissores ou receptores e componentes, partes e peças para veículos automóveis e tratores, tratores, máquinas e aparelhos para uso agrícola (exceto tratores), minérios e ferro e seus concentrados, produtos laminados de ferro e aço.

Isto mostra como a indústria brasileira conseguiu se desenvolver desde a abertura comercial em 1991, e como tem conseguido manter superávits comerciais significativos, mesmo com as medidas restritivas às exportações impostas pela Argentina e as crises que ocorreram em diversos períodos distintos.

## 6. CONCLUSÕES

A despeito das transformações proporcionadas pela abertura comercial, os ganhos de produtividade não foram muito grandes. A segunda metade da década de 90 caracterizou-se pela perda de participação do Brasil no comércio internacional e pela reprimarização de sua pauta exportadora, ou seja, os produtos manufaturados tiveram sua participação diminuída no comércio internacional, ao passo que os produtos agrícolas tiveram a sua aumentada. Na análise feita sob a ótica do fator agregado de 1999 a 2015, os dados mostram a perda de participação que os produtos industrializados vêm sofrendo e o aumento da participação dos produtos básicos, indicando uma possível especialização da pauta exportadora em bens relacionados ao agronegócio e recursos naturais.

Em contrapartida, o comércio desenvolvido entre Brasil e Argentina apresentou características bastante distintas. Pode-se observar que essa tendência à volta da reprimarização da pauta exportadora não acontece nesse comércio bilateral, os produtos brasileiros exportados para a Argentina apresentaram um alto valor agregado. Essa contradição pode ser decorrência das próprias assimetrias existentes entre os dois países. Ambos os países, desde a abertura comercial, seguiram caminhos diferentes de desenvolvimento. Mesmo com as melhoras tecnológicas, a Argentina não modificou seu padrão fortemente concentrado em produtos com um grau relativamente baixo de processamento. O Brasil, ao contrário, resolveu investir em setores com maior grau tecnológico.

As dificuldades que foram surgindo ao longo do período devido essas assimetrias existentes deixaram os dois parceiros comerciais distantes. O protecionismo instaurado pela Argentina no governo Kirchner enfraqueceu a dinâmica comercial entre o país e o Brasil. Com o intuito não só de proteger seus produtos da concorrência desleal, mas também de se reindustrializar e recuperar seu parque industrial, a Argentina implantou uma série de medidas que acabaram prejudicando diversos setores exportadores brasileiros. Outro ponto do estudo observado foi a perda de espaço que a Argentina sofreu nas importações brasileiras. O país perdeu sua posição para Estados Unidos, China e Alemanha.

Com o final do governo Kirchner e início do mandato de Mauricio Macri, a Argentina e seus parceiros comerciais vivem um momento de expectativa. O novo presidente argentino, em seus primeiros meses de mandato, derrubou várias das medidas que foram os pilares da política macroeconômica populista do governo anterior e teve aprovação por parte dos argentinos e dos credores internacionais. Alguns especialistas em apontado que Brasil e Argentina começam a inverter seus papéis, mas para isso precisasse estudar mais a fundo a nova era desse comércio bilateral que se instaurou com o novo presidente argentino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mayla Monteiro. **Comércio Exterior – Oriente Médio: uma análise 2004-2010**. 2011. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza.

AMATO, Fabio. **Balança comercial registra em 2014 primeiro déficit desde 2000**.

Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/balanca-comercial-registra-em-2014-primeiro-deficit-desde-2000.html>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

AZEVEDO, Leonardo Ananda Ferreira de. **Os Determinantes da Balança Comercial Brasileira: uma análise do comércio exterior a partir da implantação do plano real**. 2007. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza.

BAUMANN, Renato. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira** / Renato Baumann, Otaviano Canuto, Reinaldo Gonçalves. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 5ª reimpressão.

BAUMANN, Renato.; MUSSI, Carlos. MERCOSUL: então e agora. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n 88, Jul./Set., 2006.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. **Economia Internacional** / Maria Auxiliadora de Carvalho, César Roberto Leite da Silva. – 4 ed. – São Paulo: Saraiva, 2007.

BOUZAS, Roberto. Perspectivas da política comercial argentina: é possível sobreviver às boas notícias? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 96, Jul., 2008.

CRUZ, Débora. **Balança comercial tem superávit de US\$ 2,68 bilhões em agosto**.

Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/balanca-comercial-tem-superavit-de-us-268-bilhoes-em-agosto.html>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

FERNANDES, Adriana. **Balança comercial fecha 2009 com o pior saldo em sete anos**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,balanca-comercial-fecha-2009-com-o-pior-saldo-em-sete-anos,490607>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas** / Reinaldo Gonçalves. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

KRUGMAN, Paul. **Economia internacional: teoria e política** / Paul Krugman e Maurice Obstfeld; revisão técnica: Rogério Mori, Paulo Gala; [tradução Eliezer Martins Diniz]. – 8 ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior** / Jayme de Mariz Maia. – 10. Ed – São Paulo: Atlas, 2006.

MACADAR, Beky Moron B. de. **As relações comerciais Brasil-Argentina: evolução recente**. Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, 2009.

MARCHESINI, Lucas e Leandra Peres. **Balança fecha 2013 com superávit de US\$ 2,56 bi, pior saldo desde 2001**.

Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3383606/balanca-fecha-2013-com-superavit-de-us-256-bi-pior-saldo-desde-2001>.

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

MARQUES, Alan. **Argentina e Brasil estão trocando de lugar, diz FT**.

Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2016/01/04/com-macri-e-dilma-no-poder-argentina-e-brasil-estao-trocando-de-lugar-afirma-ft.htm>

Acesso em: 19 de fevereiro de 2016.

MARTELLO, Alexandre. **Balança comercial registra em 2009 o saldo mais baixo em sete anos**.

Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1433312-9356,00-](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1433312-9356,00-)

BALANCA+COMERCIAL+REGISTRA+EM+O+SALDO+MAIS+BAIXO+EM+SETE+ANOS.html

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

MARTELLO, Alexandre. **Balança comercial registra em 2012 pior desempenho em 10 anos**.

Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/balanca-comercial-registra-em-2012-menor-superavit-em-dez-anos.html>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

MARTELLO, Alexandre. **Brasil tem maior superávit comercial em quatro anos**.

Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/01/superavit-comercial-soma-us-297-bi-em-2011-o-maior-valor-em-4-anos.html>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

NOGUEIRA, Luís Artur. **Balança comercial encerra 2010 com o pior resultado do governo Lula.**

Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/balanca-comercial-encerra-2010-com-o-pior-resultado-do-governo-lula>

Acesso em 09 de fevereiro de 2016.

REDAÇÃO, da. **Saldo da balança comercial cai 19,7% em 2010.**

Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/01/03/saldo-da-balanca-comercial-brasileira-cai-197-em-2010.jhtm>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

RESENDE, Thiago. **Balança comercial em 2014 tem pior resultado desde 1998.**

Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3844942/balanca-comercial-em-2014-tem-pior-resultado-desde-1998>

Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

RIBEIRO, Fernando J. Saldos comerciais no Brasil: composição setorial e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 93, Out./Dez., 2007.

RIBEIRO, Fernando J. ; PUGA, Fernando Pimentel; LIMA, Raquel Casado; POURCHET, Henry. Coeficientes de comércio exterior da indústria brasileira – 1996 – 2007. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 95, Jun., 2008.

ROZENWURCEL, Guillermo. A Argentina pendular: auge, crise, auge...nova crise? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, n. 96, Jul./Set., 2008.

SANTOS, Kátia Lúcia Braga dos. **Brasil e Nordeste: uma análise qualitativa do desempenho exportador no período 2004-2007.** 2009. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza.

SILVA, Francisco Tasso da. **Análise do comércio bilateral Argentina-Brasil no âmbito do mercosul.** 2011. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza.